Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão da Cultura e da Educação

2023/2112(INI)

14.9.2023

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre a consciência histórica europeia
(2023/2112(INI))

Comissão da Cultura e da Educação

Relator: Niyazi Kizilyürek

ÍNDICE

Página

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 3

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....7

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a consciência histórica europeia
(2023/2112(INI))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o artigo 165.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta a sua Resolução, de 19 de setembro de 2019, sobre a importância da memória europeia para o futuro da Europa[1],

– Tendo em conta a sua Resolução, de 2 de abril de 2009, sobre a consciência europeia e o totalitarismo[2],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/692 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de abril de 2021, que cria o Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1381/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 390/2014 do Conselho[3],

– Tendo em conta o estudo realizado para a Comissão da Cultura e da Educação intitulado «European Historical Memory: Policies, Challenges and Perspectives» [Memória histórica europeia: políticas, desafios e perspetivas][4],

– Tendo em conta o estudo realizado pela Comissão da Cultura e da Educação intitulado «European Identity» [Identidade europeia][5],

– Tendo em conta o artigo 54.º do seu Regimento,

– Tendo em conta o relatório da Comissão da Cultura e da Educação (A9-0000/2023),

A. Considerando que o passado complexo, conflitual e contestado da Europa representa tanto um desafio como uma oportunidade para a integração europeia;

B. Considerando que há vários séculos que as injustiças em razão do género, das crenças e da origem étnica são inseparáveis da história europeia, nomeadamente sob a forma de antissemitismo e anticiganismo;

C. Considerando que a história nunca deve ser relativizada, distorcida ou falsificada para fins políticos;

---

[1] JO C 171 de 6.5.2021, p. 25.
[2] JO C 137 E de 27.5.2010, p. 25.
[3] JO L 156 de 5.5.2021, p. 1.
[4] Estudo – «European Historical Memory: Policies, Challenges and Perspectives» (segunda edição), Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas da União, Departamento Temático B – Políticas Estruturais e de Coesão, abril de 2015.
[5] Estudo – «European Identity», Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas da União, Departamento Temático B – Políticas Estruturais e de Coesão, abril de 2017.

D. Considerando que o negacionismo histórico representa uma grave ameaça, alimenta a desconfiança e o conflito entre povos e nações e compromete os esforços para fomentar a justiça histórica e a reconciliação;

E. Considerando que lidar com o passado exige a máxima imparcialidade, objetividade e isenção, tanto a nível histórico como político;

F. Considerando que a memória histórica encerra em si um grau evidente de subjetividade , uma vez que a escolha daquilo que recordamos e a forma como interpretamos o passado implicam necessariamente juízos de valor;

G. Considerando que, embora existam «factos históricos», baseados num trabalho histórico profissional, não existe uma «verdade histórica» monolítica, incontestável e permanente, que um determinado grupo ou nação possa monopolizar e declarar como lhe pertencendo exclusivamente;

H. Considerando que promover, através da educação e de outros meios, uma consciência histórica crítica e transnacional é fundamental para que os europeus possam reconciliar-se com o seu passado, enfrentar com confiança o presente e trabalhar em prol de um futuro comum;

I. Considerando que a consciência histórica europeia é entendida como a capacidade individual e coletiva para compreender e avaliar de forma (auto)crítica a história e aprender com ela, o que facilita o reconhecimento da ligação inextricável e da interdependência entre o passado, o presente e o futuro;

Encarar o passado (sombrio) da Europa como um risco e uma oportunidade

1. Reconhece que as histórias diversas e muitas vezes contraditórias das nações e dos Estados europeus tornam qualquer esforço envidado no sentido de lidar com a história, a nível político e supranacional, difícil e potencialmente perigoso e que as tentativas de regular a forma de comemorar e interpretar o passado se revelam sempre um desafio;

2. Salienta o potencial do princípio da *historia magistra vitae* e considera, em especial, que os elementos sombrios da história da Europa – nomeadamente o totalitarismo, o racismo, o jingoísmo e o colonialismo – são não só uma forte chamada de atenção para os erros do passado, que não se devem repetir, mas também um apelo para trabalhar em conjunto em prol de sociedades democráticas e inclusivas na União e em todo o mundo;

3. Considera que uma análise histórica responsável, baseada em dados factuais e crítica é uma condição *sine qua non* para que qualquer órgão político democrático possa sensibilizar as gerações atuais e futuras tanto para as realizações como para aberrações do passado, reforçar um discurso público autorreflexivo e promover a compreensão e a reconciliação dentro e entre determinados grupos sociais, nações e Estados;

Política do passado na União Europeia – uma avaliação crítica

4. Salienta a necessidade de proceder a uma avaliação honesta da «política do passado» da UE, através da qual a União se esforçou por conferir legitimidade ao projeto europeu e

reforçar o sentimento de pertença europeu, reconhecendo de igual modo as realizações e as lacunas existentes;

5. Reconhece a panóplia de iniciativas passadas e atuais realizadas a nível europeu para promover uma memória histórica europeia comum, nomeadamente o Dia em Memória das Vítimas do Holocausto e o Dia Europeu em Memória das Vítimas de todos os Regimes Totalitários e Autoritários, a criação de uma vertente dedicada à evocação da memória no antigo Programa Europa para os Cidadãos e no atual Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CIDV), bem como várias resoluções do Parlamento, nomeadamente a Resolução, de 19 de setembro de 2019, sobre a importância da memória europeia para o futuro da Europa;

6. Manifesta preocupação pelo facto de continuar a existir uma concorrência latente e uma incompatibilidade parcial entre diferentes contextos e culturas de evocação da memória na União, especialmente entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental;

7. Reconhece que a preocupação da União sobretudo em narrar pela negativa uma história sobre si própria, em que os horrores do passado e, especialmente, o nacional-socialismo e o estalinismo servem de «mito fundador negativo», proporciona um forte sentido de finalidade ao projeto europeu, mas comporta o risco de alimentar uma imagem da história teleológica, maniqueísta e, portanto, simplista, que pode dificultar uma compreensão plenamente informada do passado complexo da Europa e desencorajar o combate aos estereótipos e ao dogmas das histórias nacionais;

Rumo a uma consciência histórica informada na Europa

8. Reconhece que é necessária uma compreensão mais ampla e holística da história europeia, para que surja uma consciência histórica europeia (auto)crítica, que requer, nomeadamente, o alargamento do âmbito das atuais iniciativas europeias de evocação da memória;

9. Salienta a importância de deixar para trás a «cultura de evocação da memória» europeia, que ocorre predominantemente do topo para a base e determina o que os europeus devem recordar, e de adotar uma «cultura da lembrança», que ocorra da base para o topo, e levada avante pelos cidadãos e assente nos princípios e valores comuns europeus, concentrando-se no desenvolvimento de capacidades que permitam lidar de forma crítica com o passado a nível nacional e europeu;

10. Assinala a importância crucial de analisar o passado da Europa com base em valores fundamentais europeus como o humanismo, a tolerância, a democracia e o Estado de direito, bem como de criar uma esfera de debate aberta, que também permita abordar elementos difíceis das histórias nacionais e contribua para a compreensão mútua e a reconciliação, tanto no interior das nações europeias como entre elas;

11. Insta os Estados-Membros a reverem os programas curriculares e as metodologias de ensino atuais, a fim de passar o enfoque daa história nacional para as história europeia e mundial e de colocar uma maior ênfase na evocação da memória histórica supranacional, em particular permitindo várias interpretações do mesmo período e acontecimento históricos e fomentando estilos de ensino correspondentes, que favoreçam a reflexão e o debate em detrimento da transferência de conhecimentos e se

norteiem pelo objetivo geral de fazer com que os estudantes aprendam «como pensar» e não «o que pensar»;

12. Exorta os Estados-Membros a proporcionarem uma formação específica de ensino (de história) que permita aos professores compreender os aspetos transnacionais da história, que transmita uma didática adequada e os princípios do ensino moderno e que vise, em primeiro lugar, a formação de jovens com capacidade para a autorreflexão;

13. Insta a Comissão e os Estados-Membros a reforçarem os instrumentos atualmente disponíveis a nível europeu, a fim de promover uma consciência histórica europeia (auto)crítica, em particular o programa Erasmus+, que apoia a mobilidade e a aprendizagem intercultural enquanto instrumentos essenciais para aumentar o conhecimento de outras culturas e nações, e o programa CIDV, que apoia projetos transnacionais de evocação da memória histórica e promove a participação cívica;

14. Solicita às instituições europeias, aos Estados-Membros, aos estabelecimentos de ensino e aos intervenientes da sociedade civil que se esforcem mais por evitar e rejeitar qualquer tentativa de instrumentalizar a história para fins políticos e por combater o negacionismo histórico, tanto na União Europeia como fora dela;

Perspetivas: o legado do passado e o futuro da UE

15. Defende o ideal de uma «cultura da lembrança» e consciência histórica assente nos valores e práticas comuns europeus quando se trata de abordar o passado, evitando, ao mesmo tempo, qualquer nivelamento indevido ou simplificação da história;

16. Manifesta a esperança de que, com base numa autorreflexão crítica sobre a história e a responsabilidade histórica a nível nacional, possa surgir um discurso verdadeiramente europeu, que reflita sobre o passado do continente, no âmbito do qual a história não seja utilizada indevidamente para atingir objetivos políticos ou de poder;

17. Prevê que as memórias coletivas nacionais acabarão por contribuir e fundir-se numa esfera pública europeia, com culturas de evocação da memória nacionais que se complementarão entre si, em vez de estarem em concorrência, e que as relações com a história se tornarão uma questão de ação cívica e não política;

°

° °

18. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O valor intrínseco da «consciência histórica» resulta do pressuposto subjacente de que o conhecimento da história não é apenas um valor em si, mas também contribui para a nossa compreensão do presente e, além disso, orienta-nos na tentativa de moldar o futuro.

Com efeito, a consciência histórica ajuda-nos a interpretar o passado, bem como a compreender quem somos, onde estamos posicionados no tempo e o nosso comportamento enquanto agentes no desenrolar dos acontecimentos e que acabará por entrar no registo histórico. Por outras palavras, a consciência histórica não só ajuda a desenvolver uma sensibilidade e uma compreensão do passado, como também aumenta a consciência de nós próprios, enquanto europeus, em relação à história.

Uma análise crítica do passado não deve, no entanto, resumir-se a uma chamada de atenção para as vítimas de regimes autoritários e totalitários. Em vez disso, deve reavaliar todos os lados sombrios da história europeia, incluindo o colonialismo, o racismo, as violações dos direitos humanos e as injustiças históricas baseadas no género.

Nesta perspetiva, o presente relatório do Parlamento Europeu sobre a «consciência histórica europeia» está estruturado em quatro partes:

- A primeira parte [«Encarar o passado (sombrio) da Europa como um risco e uma oportunidade»] reconhece a importância de lidar com a história de forma responsável e crítica enquanto condição *sine qua non*, enquanto necessidade intrínseca de aprendermos com o nosso passado.

- A segunda parte («Política do passado na União Europeia – uma avaliação crítica») sublinha o perigo de cultivar uma narrativa teleológica e simplista da história, em que os horrores do passado funcionam como um «mito fundador negativo» para a integração europeia.

- A terceira parte («Rumo a uma consciência histórica informada na Europa») centra-se na procura de uma consciência histórica bem informada na Europa e apresenta possíveis vias para alcançar este objetivo.

- A quarta e última parte («Perspetivas: o legado do passado e o futuro da UE») defende a ideia de uma nova «cultura da lembrança», que contribua para uma consciência histórica assente em valores e práticas comuns europeus.

1. Encarar o passado (sombrio) da Europa como um risco e uma oportunidade

Como Jacques Delors recordou, e bem, em várias ocasiões, os cidadãos europeus «não podem apaixonar-se pelo mercado único» (1989)[1]. Para desenvolver um sentimento de pertença comum, é indispensável promover a memória coletiva, já que esta está no cerne da criação e

[1] Delors, Jacques (1989). *Declaração sobre as grandes linhas da política da Comissão, apresentada por Jacques Delors, presidente da Comissão, ao Parlamento Europeu, e resposta ao debate parlamentar subsequente*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (Boletim das Comunidades Europeias; Suplemento 1/89), p. 6.

do reforço da identidade de grupo.

Todavia, não existe uma memória coletiva europeia específica. As memórias das nações e dos povos que compõem a UE estão carregadas de guerras, conflitos e litígios. Para formar uma memória coletiva, é necessário iniciar um processo de *Vergangenheitsbewältigung* («reconciliar-se com/superar o passado»), nomeadamente para proceder de forma crítica e significativa a uma reparação do passado, a nível tanto dos Estados-Membros como da UE.

2. Política do passado na União Europeia – uma avaliação crítica

Do ponto de vista histórico, não se deve considerar a Europa uma civilização e um espaço geopolítico homogéneos. Este tipo de perceção do passado, como Norbert Elias observou já em 1939, assenta numa tradição de orientalismo, colonialismo e anticomunismo[2]. O derradeiro objetivo das políticas de memória europeias não deve ser desenvolver um sentido imaginado de passado comum, mas antes definir uma direção clara para o futuro da UE e reforçar o sentimento comum de pertença europeia.

Giorgio Agamben afirma, com razão, que, se a ideia de «Europa» tem algum significado, consiste no facto de que os europeus – ao contrário dos asiáticos e dos americanos – «só poderão chegar à sua verdade, se se confrontarem com o passado e acertarem contas com a sua história»[3].

Como declarou Herman Van Rompuy, na qualidade de presidente do Conselho Europeu, em 2013, «[n]a Europa, ignoramos por vezes o peso da história recente e a forma como as pessoas, em algumas partes do mundo, nos veem»[4]. Dois estudos, solicitados pela Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu, intitulados «European Historical Memory: Policies, Challenges and Perspectives» e «European Identity»[5], cujas conclusões serviram de base ao presente relatório, demonstram claramente que embora o passado seja referido muitas vezes nos discursos oficiais da UE, os «passados difíceis» não são suficientemente abordados a nível europeu.

É um facto que, em algumas ocasiões, a União Europeia tende a pôr de lado as memórias da crueldade do colonialismo e do imperialismo europeus em prol da cooperação económica e de interesses económicos. É extremamente importante evitar este tipo de abordagem seletiva do passado e também ousar enfrentar os numerosos elementos desagradáveis das nossas histórias.

No entanto, é também verdade que a UE envidou esforços conscientes para lidar com o(s) passado(s) difícil(eis) da Europa: promove iniciativas de memória e afeta recursos substanciais para esse fim.

3. Rumo a uma consciência histórica informada na Europa

---

[2] Ver Elias, Norbert (1939), *Über den Prozeß der Zivilisation (2 vol.)*. *Basel: Verlag Haus zum Falken*.
[3] Agamben, Giorgio (2019 [1942]). *Creazione e anarchia: L'opera nell'età della religione capitalista* [Criação e Anarquia: a obra na era da religião capitalista] (tradução em inglês de Adam Kotsko). Stanford, CA: Stanford University Press, p. 8.
[4] Van Rompuy, Herman (2013), *«Europe in the World», discurso do presidente do Conselho Europeu, Herman von Rompuy, na Regent's University London* (EUCO 189/13), p. 6.
[5] Prutsch, Markus J. [2015 (2.ª edição)]. *European Historical Memory: Policies, Challenges and Perspectives*. Bruxelas: Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas da União; Prutsch, Markus J. (2017), *European Identity*. Bruxelas: Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas da União.

Há que evitar criar uma memória coletiva europeia assente unicamente num mito fundador negativo, pois tal dificulta a análise crítica do passado.

A União Europeia é uma comunidade com um destino comum (Schicksalsgemeinschaft) e é assim que deve ser vista, não como uma comunidade com uma memória coletiva comum. É desta forma que se deve ver o «percurso histórico» dos europeus e

é aqui que reside a importância da consciência histórica: constitui um instrumento adequado, que nos ajuda a conceptualizar a forma como compreendemos a história e nos relacionamos com ela; ajuda a reconhecer a autenticidade histórica das nossas circunstâncias. Por outras palavras, ajuda a desenvolver a capacidade para interpretar e reconhecer o passado na forma de «história». A consciência histórica reforça a capacidade de utilizar experiências e de dar sentido a situações e identificações contemporâneas[6]. A «história» não é a soma dos factos passados, mas sim o significado resultante da conceptualização e da análise dos factos. A história é, decerto, «autoconhecimento».

4. Perspetivas: o legado do passado e o futuro da UE

O trabalho de memória a nível da UE não deve ser utilizado como uma forma de poder persuasivo para expressar posições políticas ou defender interesses políticos. Pensar na história é uma forma de nos orientarmos em relação ao presente e ao futuro[7]. Por conseguinte, o principal objetivo do ensino da história deve ser a formação de uma consciência histórica enquanto capacidade coletiva e individual.

Em geral, o relatório defende o ideal de uma «cultura de lembrança» e consciência histórica assente nos valores e práticas comuns europeus, quando se trata de abordar o passado, evitando, ao mesmo tempo, qualquer simplificação da história.

[6] Popa, Nathalie (2023), «How Meaning Making Cultivates Historical Consciousness: Identifying a Learning Trajectory and Pedagogical Guidelines to Promote It», *The Social Studies* 114:4, p. 139-159, aqui p. 142f.
[7] Nordgren, Kenneth (2019), «Boundaries of Historical Consciousness: a Western Cultural Achievement or an Anthropological Universal», *Journal of Curriculum Studies* 51:6, p. 779-797, aqui p. 791.